

Grupos de Estudo do Pessoal Docente [1970- 1974]:

O dever de memória

Figueira da Foz, 28 de Abril de 2024

O movimento sindical dos professores não surgiu espontaneamente no 25 de Abril. Cinquenta anos depois do derrube do Estado Novo, ainda esperamos que a História resgate do cativo facto, memórias, acontecimentos, que continuam desconhecidos. Pouco divulgadas pelas organizações às quais competia o dever de memória, há duras batalhas que muito contribuíram para que a Ditadura fosse derrubada e o Estado democrático cedo fosse erguido – muitas vezes, aparentemente do nada.

Cabe, sobretudo, ao Estado a preservação e a divulgação da memória histórica, mas nada pode justificar o apagamento ou encobrimento, mais ou menos subtil, que procura escamotear, mascarar, ou mesmo negar, a evidência de situações aberrantemente antidemocráticas do Estado Novo, quer as da pobreza e do obscurantismo institucional, quer os crimes históricos da ditadura. Importa reforçar os meios de investigação e conhecimento da nossa História, assegurando-se a divulgação de momentos cruciais de afirmação popular contra o regime e a persistência de intermináveis lutas desenvolvidas, sem se deixarem esquecidos os seus obreiros. Dar a conhecer as diferentes realidades que marcaram a Resistência contribui, seguramente, para o reforço das convicções democráticas dos portugueses e, muito particularmente, das suas camadas mais jovens.

O regime e os Grupos de Estudo

No Cinquentenário do 25 de Abril que se celebra, encontramos perante a obrigação de evocar a memória de movimentos e organizações historicamente relevantes. Não para enaltecermos o papel desempenhado, durante o regime de Salazar e Marcello Caetano, por alguns cidadãos e cidadãs, que se destacaram na luta por direitos políticos, sociais e profissionais, mas para lembrarmos – ainda que brevemente – a importância que tais lutas tiveram. É nessa perspetiva que nos propomos, agora, evocar e celebrar as movimentações desencadeadas pelos docentes, nos anos anteriores à Revolução. Elas visaram não apenas a conquista de direitos socioprofissionais e a defesa da sua dignidade pessoal, mas também a democratização do ensino. O Estado Novo, implantado pelo movimento de 28 de Maio de 1926, havia dado um golpe mortal no associativismo docente, restringira direitos do professorado, demitira professores nos três níveis de ensino, condenando-os ao exílio ou afastando-os do ensino e da investigação. Até ao 25 de Abril, limitados na liberdade de expressão e despojados de alguns dos poucos direitos ainda permitidos (o casamento das professoras é apenas um exemplo), os profissionais do ensino público não contaram com sindicatos ou quaisquer organizações sindicais que os defendessem. A «Associação de docentes», que estes colocaram



sempre no topo das suas reivindicações, chegou a ser “equiparada”, pelo Governo, a uma associação secreta.

No início da década de 1970, a maioria dos docentes não recebia vencimento durante a interrupção letiva no Verão; a distinção no estatuto e nos vencimentos, entre os efetivos e os provisórios/eventuais e, em cada escola a existência dos quadros masculino e feminino, para efetivação, determinavam enorme instabilidade nas colocações e a dificuldade de fixação dos professores.

A reivindicação de contratos mínimos de 12 meses (o ‘pagamento nas férias’) para todos os trabalhadores do ensino foi o ponto de partida para a organização de um Movimento docente que começou por ser designado por **Grupos de Estudo**.

O percurso dos Grupos de Estudo

Formalmente, a criação dos **Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios** ocorre em Lisboa, em 27 de Maio de 1970, numa reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda, realizada com o objetivo de resolver os problemas dos professores provisórios do ensino preparatório e do ensino secundário (técnico e liceal). Refira-se que cerca de 80% dos professores portugueses eram provisórios (ou eventuais, na designação usada nos Liceus), o que implicava não ganharem nas férias, durante cerca de 3 meses. Mas a designação de **Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES) só surge a 24 de Novembro de 1971**. A primeira reunião nacional realiza-se em Coimbra a 6 de Março de 1971, e a ordem de trabalhos é focada na redação de um abaixo-assinado a enviar ao Congresso do Ensino Liceal, para que este se debruçasse sobre os problemas dos professores eventuais da classe docente. É este o arranque da mobilização nacional para os Grupos de Estudo. A partir daqui, e até à Revolução, os três eixos estruturantes fundamentais do Movimento foram, para além do pagamento nas férias a todos os professores eventuais ou provisórios, o Estatuto do Professor, a Associação dos Professores e a Formação de Professores - Estágios. Entre 1971 e 1974 são publicados três números dos Cadernos **O Professor**, transformados depois, por alteração na Lei da Censura-Exame Prévio, em Revista **O Professor**, em que se publicam em 1973 e 1974, outros três números. **O Professor** torna-se o órgão oficial dos Grupos de Estudo, “o espaço aberto às questões que vão no sentido de um mudar de vida dos professores e do ensino, o defensor do direito à livre iniciativa do sector docente, o crítico das barreiras e obstáculos que se levantam ao cabal desempenho da função docente” (da nota de abertura da Revista **O Professor**, n.º 1, Outubro de 1973).

Nos anos que antecederam a Revolução, a situação estava substancialmente alterada. O aparecimento dos Grupos de Estudo – com formas originais, algo informais de organização – tinha permitido que milhares de professores se tivessem posto em movimento, que as suas reivindicações adquirissem projeção e adesão na classe e que, manifestamente, viessem tendo algum impacto no Ministério da Educação de Veiga Simão. À medida que se verificava uma agudização da crise do regime colonialista fascista, apareceram formas de reivindicações docentes cada vez mais amplas e as ameaças de repressão, por parte do Governo de Marcello Caetano e da PIDE/DGS perdiam eco nos professores e aumentavam-lhes o grau de consciencialização política.

Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário começaram por deparar com inúmeras dificuldades na mobilização dos colegas para simples reuniões (por exemplo, aquelas em que se discutiu o Estatuto do Pessoal Docente). O medo da repressão existia em larga escala, também porque reitores e diretores, na quase totalidade, eram figuras da confiança política do Governo e estavam sujeitos a pressões da DGS - polícia política. É aos Grupos de Estudo que se deve a conquista da confiança dos professores para a ideia de que apenas arriscando conseguiriam alcançar objetivos indispensáveis para uma vida digna como docentes e condições de trabalho básicas para um ensino com qualidade. É a um punhado de corajosos professores, de elevada consciência profissional, que devemos a iniciativa de criarem uma estrutura de cariz sindical docente. É a um conjunto de docentes que não hesitaram em descentralizar a coordenação dos Grupos de Estudo, de norte a sul do País, empenhando-se no desenvolvimento de um movimento unitário de base (inspirado nas movimentações eleitorais de 1969), que devemos a progressiva consciencialização da classe e a organização dos professores do então Ensino Técnico e Liceal nos designados GEPDES. A capacidade de, a par e passo, se reinventarem formas de abordagem das reivindicações, junto do Ministério da Educação, e a preocupação em reformular modelos de organização do Movimento contribuíram significativamente para avanços, quer na conquista de direitos, quer na mobilização nacional dos professores. No início de 1974, um despacho do Secretário de Estado da Instrução e Cultura comparava os GEPDES a uma «associação secreta» e pedia aos diretores e reitores que denunciasses os professores que os integrassem, abrindo a porta à condenação dos seus membros a prisão correccional, além da sua demissão da função pública e da perda de direitos políticos. Essa ameaça gerou uma onda de solidariedade imediata, massiva, entre os docentes, que veio prontamente a público, expressa num abaixo-assinado com cerca de 1500 assinaturas de professores de todo o País.

Os Grupos de Estudo na chegada à Revolução e os Sindicatos na Democracia

É de relevante importância o extraordinário espólio associativo e político que os GEPDESP entregaram ao Estado Democrático no 25 de Abril, permitindo, em pouquíssimo tempo, elevados avanços nas áreas da Educação e do sindicalismo docente. Durante a ditadura, tinha sido inequívoco o papel de carácter para-sindical que os Grupos de Estudo tinham desempenhado, na defesa dos interesses do professorado e na organização de formas de luta em volta das suas reivindicações mais sentidas. Pouco mais do que um mês depois da Revolução, estava assegurada a participação dos professores na definição da política educativa e colocava-se nas mãos dos professores o debate de um caderno de encargos para a valorização da função docente e da democratização do ensino.

Entre o dia 25 de Abril e os primeiros dias de Maio de 1974 ocorreram, por todo o País, reuniões convocadas pelos Grupos de Estudo. **No dia 28 de Abril, teve lugar na Figueira da Foz a última reunião formal dos Grupos de Estudo**, a nível nacional. No comunicado saído da reunião, divulgado em vários meios de comunicação, ressalta a exigência do direito efetivo ao exercício da liberdade política e sindical dos professores e a exigência do afastamento de todos os diretores e reitores e a defesa da gestão democrática das escolas.

Os GEPDESP foram uma escola de sindicalismo. Foi sob sua iniciativa e liderança, abrindo-se a professores de outros graus de ensino (universidade, ensino primário, educação de infância, ensino particular), que foram convocados os Plenários ou Assembleias Magnas, em que participaram milhares de professores, que aprovaram a constituição dos «sindicatos únicos de professores» de base regional.

Não podemos deixar de lembrar que as movimentações dos docentes e as suas conquistas antes do 25 de Abril (estatuto, carreiras, condições de trabalho, formação e direitos) foram lideradas por um grupo vasto de jovens professores/as que, durante 4 anos, entre a primeira reunião da Francisco de Arruda a 27 de Maio de 1970 e o 25 de Abril de 1974, acreditaram que a sua ação era fundamental para a valorização da profissão docente e a construção de uma escola democrática, num Portugal pacífico e democrático, respeitador do direitos dos povos à autodeterminação e independência. Hoje, no 50.º aniversário da Revolução de Abril, quando se verificam evidentes retrocessos na condição docente (precariedade, formação, salários), não é legítimo o esquecimento ou apagamento dessas lutas e conquistas democráticas. São elas que darão seguramente força às jovens gerações de professores para voltarem a conquistar o direito a terem uma profissão valorizada socialmente, capaz de dar ‘rosto ao futuro’ do Portugal democrático dos próximos 50 anos.

Estas são algumas das razões que nos levam a convidar todos os professores que, de alguma forma, participaram nos Grupos de Estudos ou em alguma das suas atividades, bem como outros interessados nas questões da profissão docente e do ensino, a estarem presentes num Encontro-Convívio a realizar na Figueira da Foz, em 28 de Abril de 2024, a pretexto do 50.º aniversário da última reunião nacional dos Grupos de Estudo, que decidiu, para além de uma entusiasta saudação ao Movimento das Forças Armadas, convocar os Plenários de Professores em várias cidades do País, fundadores do movimento sindical docente democrático.

As inscrições para o Encontro, que terá um almoço-convívio, podem ser feitas em <https://forms.gle/jgMmCidoWJ8dBD7>. Logo que alguns aspetos organizativos e logísticos estejam resolvidos, informaremos os inscritos do local, programa e custo do almoço. Temos uma primeira oferta de local para a realização do Encontro na Misericórdia Obra da Figueira. O almoço-convívio dependerá do volume de inscrições. Infelizmente, o restaurante onde se realizou essa última reunião há 50 anos já não existe.

Aguardamos a sua participação. E a divulgação, por todos os meios ao seu dispor, deste apelo.

31 de Janeiro de 2024

Agostinho dos Reis Monteiro / António Teodoro / Elsa Oliveira / Fernando Cabral Pinto / Helena Pato / Joaquim de Sousa / José Linhares de Castro / Manuela Silva / Maria Júlia Jaleco / Maria Manuel Calvet Ricardo / Ruth Rodrigues